

Mineração ilegal de ouro na bacia amazônica:

dos problemas e desafios
identificados à ação coletiva.

Plano de ações
coordenadas para a COP16
sobre Biodiversidade.

Outubro de 2024
Cali, Colômbia

Apresentação

Durante a Conferência das Partes sobre Biodiversidade das Nações Unidas (COP16), realizada em Cali, Colômbia, em outubro de 2024, importantes organizações da sociedade civil da Colômbia, Brasil, Peru e Estados Unidos prepararam uma série de recomendações de políticas para combater, mitigar e prevenir os danos causados pela mineração ilegal de ouro na bacia amazônica. O resultado desse trabalho foi apresentado no dia 23 de outubro de 2024, durante um evento intitulado *Mineração Ilegal de Ouro na Amazônia: Crime Ambiental Transnacional*.¹

O embasamento das recomendações decorre da expertise, diversidade e alcance das organizações que as elaboraram. Entre elas, entidades dedicadas à proteção ambiental, ao

combate à lavagem de dinheiro, à segurança pública e climática, aos direitos territoriais e à autonomia dos povos indígenas, além da prevenção da mineração ilegal de ouro. Na Colômbia, a Aliança Amazônica para Redução dos Impactos da Mineração de Ouro (AARIMO)² colabora com diversos atores e foca nas comunidades indígenas e locais para entender melhor os efeitos da mineração ilegal de ouro na Amazônia, e assim sugerir soluções que aprimorem a governança e fortaleçam as políticas públicas. Nos Estados Unidos, a Coalizão de Responsabilidade Financeira e Transparência Corporativa (FACT Coalition) é uma aliança apartidária de mais de 100 organizações engajadas no combate aos danos causados pela lavagem de dinheiro. No Brasil, o Instituto Igarapé contribui para o fortalecimento da segurança pública, digital e climática, tanto nacional quanto globalmente.



¹ Este evento paralelo foi organizado pela Coalizão de Responsabilidade Financeira e Transparência Corporativa (FACT Coalition), Instituto Igarapé, o Observatório de Mineração Ilegal e Atividades Vinculadas em Áreas-chave de Biodiversidad (OMI) e a Aliança Amazônica para Redução dos Impactos da Mineração de Ouro (AARIMO), com o apoio da Fundação Gordon & Betty Moore.

² AARIMO é uma coalizão composta por WWF Colômbia, Sociedade Zoológica de Frankfurt, Fundação Gaia Amazonas, Amazon Conservation Team e Fundação para a Conservação e Desenvolvimento Sustentável e os Parques Nacionais Naturais da Colômbia.³ O Observatório de Mineração Ilegal (OMI) é composto pelas seguintes organizações e especialistas: Associação para a Conservação da Bacia Amazônica (ACCA), Associação Peruana para a Conservação da Natureza, Centro de Inovação Científica Tecnológica (CINCIA), Fundo de Estratégia de Conservação, Direito, Ambiente e Recursos Naturais (DAR), Associação Ecossistemas Andinos (ECOAN), Fundação para a Conservação e Desenvolvimento Sustentável (FCDS), Sociedade Zoológica de Frankfurt, Instituto do Bem Comum, Natureza e Cultura Internacional, Fundação Peruana para a Conservação da Natureza, Serviços Educativos, Promoção e Apoio Rural, Sociedade Peruana de Direito Ambiental (SPDA), Yunkawasi, Instituto de Governança de Recursos Naturais (NRGI), Amazônicos pela Amazônia e César Ipenza & Manuel Bernalés.

Enquanto isso, no Peru, o Observatório de Mineração Ilegal (OMI) oferece um espaço de participação e coordenação entre 14 organizações da sociedade civil que monitoram marcos legais, potenciais ameaças e impactos, com o objetivo de prevenir e mitigar os impactos socioambientais causados pela mineração ilegal.³ Essas organizações, por meio de suas coalizões, representam mais de 120 grupos da sociedade civil em quatro países, profundamente preocupados com os impactos ambientais, sociais e financeiros do ouro ilegal.

As políticas recomendadas neste documento representam as principais prioridades discutidas no evento *Mineração Ilegal de Ouro na Amazônia: Crime Ambiental Transnacional*. Acreditamos que agora é o momento de avaliar criticamente e propor alternativas para barrar os efeitos devastadores da mineração ilegal de ouro na Amazônia, contribuindo assim para alcançar os objetivos do Marco Global de Biodiversidade. Portanto, as recomendações de políticas aqui apresentadas não pretendem ser exclusivas de outras abordagens, nem abrangem toda a estratégia política da AARIMO, Fact Coalition, OMI e Instituto Igarapé para essa questão tão complexa.



Introdução

As minas de ouro ilegais estão se espalhando pela Amazônia, invadindo áreas remotas e causando uma ampla gama de impactos prejudiciais ao meio ambiente, à vida selvagem, à saúde pública, às economias, ao desenvolvimento e ao estado de direito. O mais preocupante é que isso está marginalizando e colocando em risco centenas de comunidades indígenas e seus meios de subsistência, incluindo aquelas que vivem em isolamento voluntário.⁴ A mineração ilegal de ouro⁵ também está causando

danos a ecossistemas que são essenciais para a saúde e o futuro do nosso planeta.⁶

Sob o controle de grupos armados locais e organizações criminosas transnacionais, o ouro ilegal contribui para problemas como extorsão, corrupção e graves violações dos direitos humanos na Amazônia.⁷ Esse problema é ainda agravado pela intersecção da mineração de ouro ilegal em um ecossistema de crimes ambientais e não ambientais, incluindo lavagem de dinheiro, tráfico humano, de drogas e de fauna e flora, além de exploração ilegal de madeira.⁸

Com o aumento progressivo do preço internacional do ouro nas últimas décadas,⁹ grupos armados passaram a recorrer à mineração de ouro como forma de financiar suas atividades e lavar dinheiro proveniente do tráfico de drogas. No Peru, estima-se que 69% dos municípios localizados nas regiões de fronteira da Amazônia têm grupos armados ilegais atuando em seu território.¹¹

As operações de mineração de ouro ilegal se estendem pelas fronteiras de todos os países da região amazônica.¹² O resultado são paisagens devastadas: solo degradado, áreas desmatadas e rios com cursos alterados. Além disso, o despejo de mercúrio nos rios ameaça os peixes e as comunidades indígenas e ribeirinhas que dependem do consumo de peixe como parte de sua dieta principal.¹³ Evidências científicas revelam concentrações alarmantes de mercúrio em comunidades indígenas inteiras na Amazônia colombiana,¹⁴ com impactos no sistema nervoso, cardiovascular, urinário, imunológico, além de efeitos na pele e nos pulmões.¹⁵ Estudos recentes em comunidades indígenas na região do Alto Amazonas, no Peru, indicam que altos níveis de mercúrio

estão associados à redução do funcionamento cognitivo.¹⁶ A presença elevada de mercúrio afeta gravemente a saúde, o bem-estar e a sobrevivência dessas comunidades.¹⁷

Com a reunião dos países amazônicos em Cali para a Conferência das Partes sobre Biodiversidade das Nações Unidas (COP16), o tema mineração ilegal de ouro na Amazônia certamente deve ser abordado. A crescente e preocupante combinação de crimes ambientais ligados à mineração de ouro ilegal ameaça nossa capacidade de reverter a perda de biodiversidade no bioma amazônico. Essa região abriga mais de 47 milhões de pessoas, incluindo 2 milhões de povos indígenas, comunidades locais e outros grupos que dependem diretamente da natureza. A Amazônia também é lar de mais de 10% da diversidade de espécies do planeta.¹⁸



⁴ Respondendo à Mineração Ilegal e ao Tráfico de Metais e Minerais. Nações Unidas, 2023.

⁵ Embora não haja uma definição universalmente aceita para mineração ilegal e a extensão exata do crime seja difícil de estimar, o termo se refere à atividade mineradora que é: (a) realizada por pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, sem cumprir os requisitos das leis ou regulamentos administrativos que regem essas atividades; ou (b) realizada em áreas onde o exercício dessas atividades é proibido ou utilizando equipamentos, dispositivos ou produtos químicos proibidos (Respondendo à Mineração Ilegal e ao Tráfico de Metais e Minerais. Nações Unidas, 2023). Reconhecemos que nem toda mineração de ouro em larga escala é legal e, da mesma forma, nem toda mineração em pequena escala é ilegal.

⁶ Illegal Gold Mining Across the Amazon. MAAP # 197, 2023.

⁷ Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 55 (2021). O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta/

⁸ Ibidem.

⁹ Entre 2014 e 2023, os países amazônicos andinos exportaram mais de 3.000 toneladas de ouro de alta pureza de origem desconhecida. Segundo análise feita sobre o volume de exportações, Peru, Equador, Colômbia e Bolívia exportaram pelo menos 3.080 toneladas de ouro de origem desconhecida na última década. Essas quantidades são o resultado das discrepâncias entre o que os países declaram produzir formalmente (e, portanto, conhecer a origem do mineral) e o que, de fato, é exportado. O Peru concentra a maior parte desse volume, com 92% dessa quantidade (2.849 toneladas). Ojo Público, 2023.

¹⁰ Amazon Underworld, 2023, disponível em Crime e corrupção nas sombras da maior floresta tropical do mundo.

¹¹ Fundação para a Conservação e Desenvolvimento Sustentável (FCDS), 2023. Minería ilegal y mercurio en la Amazonía.

¹² Instituto Igarapé. Guia para o enfrentamento de crimes ambientais: lições do combate à mineração ilegal de ouro na Amazônia/

¹³ Amazon Underworld, 2023, disponível em Crime e corrupção nas sombras da maior floresta tropical do mundo.

¹⁴ Como o mercúrio pode atravessar a barreira placentária, mulheres em idade fértil correm um risco particularmente alto de transmitirem o mercúrio aos fetos em desenvolvimento, resultando em impactos intergeracionais para as comunidades. (Aldous, A.R., et al. *Ecotoxicology*. 2024).

¹⁵ Mercury as a Global Pollutant: Sources, Pathways, and Effects. Driscoll, et al. *Environmental, Science and Technology*, 2013.

¹⁶ Impairment in Working Memory and Executive Function Associated with Mercury Exposure in Indigenous Populations in Upper Amazonian Peru. Silman, et al. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2022.

¹⁷ Contenido de mercurio en comunidades étnicas de la subregión planicie en la Amazonía colombiana. Parques Nacionales Naturales da Colômbia & Universidade de Cartagena (2018).

¹⁸ The Amazon is close to the point of no return. COP16 is a critical opportunity to act. Fórum Econômico Mundial, 2024.



A questão da mineração ilegal de ouro na Amazônia é uma preocupação global e ações urgentes são necessárias. À medida que avançamos na análise dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos dessa atividade, é fundamental acelerar a tomada de decisões, conectando oportunidades em níveis local, transfronteiriço e internacional, com foco em sete prioridades:

1. Promover a responsabilidade compartilhada.
2. Fortalecer a governança em áreas transfronteiriças.
3. Avançar ações coletivas lideradas pela comunidade para combater a contaminação por mercúrio na bacia amazônica.
4. Combater o financiamento ilícito.
5. Estabelecer um marco regulatório legal mínimo para a cadeia de suprimento de ouro nos países amazônicos.
6. Fortalecer a auditoria e monitoramento financeiro na cadeia de fornecimento de ouro.
7. Promover uma transição para um modelo de desenvolvimento sustentável focado no bem-estar social e na preservação produtiva do meio ambiente.

Recomendações

Os danos associados ao ouro ilegal na região amazônica estão bem documentados. Com a reunião dos países na Conferência das Partes sobre Biodiversidade das Nações Unidas (COP16) em Cali, é crucial que avancem além da discussão dos problemas e se comprometam com ações concretas para enfrentar esses desafios, contribuindo assim para o cumprimento do Marco Global da Biodiversidade. A seguir, nossas recomendações:

1. **Promover a responsabilidade compartilhada:** O ouro ilegal é frequentemente visto como um problema dos países produtores, dando-se menos atenção aos países que importam esse ouro de origem ilegal ou que oferecem um refúgio seguro para os lucros ilícitos gerados por essa atividade. Mas isso precisa mudar. O ouro ilegal é um problema compartilhado, e os países de origem, trânsito e destino precisam atuar em conjunto para solucioná-lo. Nos países produtores, é essencial que os custos ambientais, humanos e econômicos da mineração ilegal de ouro sejam evidenciados. Já nos países importadores, é fundamental deixar claro que o ouro ilegal ameaça a integridade dos sistemas financeiros, fortalece redes criminosas transnacionais e compromete a segurança

e a governança em níveis regional e internacional.¹⁹ Os países importadores precisam assumir mais responsabilidade e manter uma comunicação ativa com os países produtores para enfrentar o problema. Isso inclui investigar e punir casos de posse de ouro ilegal em seus territórios, estabelecer padrões mínimos claros para o setor privado, assegurar que a casa da moeda ou banco central adote procedimentos rigorosos de auditoria na compra de ouro, orientar instituições financeiras e outros atores sobre os riscos envolvidos e exigir que viajantes declarem a posse de ouro ao entrar no país.

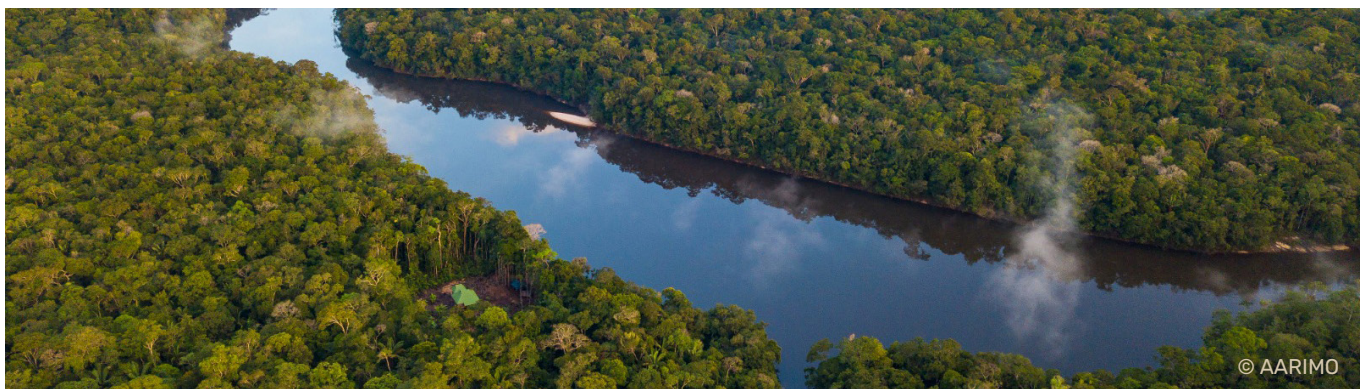
2. Fortalecimento da governança em áreas de fronteira:

Incentivamos os governos locais e nacionais a ampliar a colaboração e o investimento nas regiões de fronteira. O monitoramento de atividades ilícitas na cadeia de suprimento de ouro, como o tráfico de mercúrio e combustíveis em sistemas fluviais compartilhados, continua a ser um grande desafio. O reforço da governança nessas áreas ajudará a enfrentar o problema, reduzindo a violência, a corrupção e a influência de redes criminosas internacionais.

Para começar, propomos o estabelecimento de um Mecanismo de Coordenação Conjunta visando aprimorar a cooperação transfronteiriça. Isso envolve a criação de protocolos para operações conjuntas, facilitando uma colaboração mais eficaz durante as ações de fiscalização. Essa coordenação dificultará a reestruturação das operações dos agentes ilegais e permitirá uma supervisão mais eficiente das áreas-chave, garantindo que os esforços de fiscalização estejam alinhados com a jurisdição de cada país.

Além disso, recomendamos a implementação de um Sistema de Alerta Precoce Transfronteiriço para detectar e combater as atividades de mineração ilegal antes que elas se intensifiquem. O compartilhamento de informações em tempo real entre os países permitirá intervenções mais eficientes.

Além disso, a participação regular em exercícios conjuntos de treinamento e a melhoria dos canais de comunicação entre as principais autoridades fortalecerão a capacidade dos países amazônicos de reagir efetivamente às ameaças das redes



¹⁹ Em 2023, os maiores compradores de ouro provenientes de países da região amazônica incluíram Suíça, Índia, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Itália, China, Reino Unido, Turquia, Alemanha e França. Dados das Nações Unidas sobre transações comerciais estão disponíveis em <https://comtradeplus.un.org/>; os números de importação de ouro em 2023 (7108) com valor de CIF (que inclui custo, seguro e transporte) são provenientes de países da região amazônica para os quais há dados disponíveis (Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Guiana e Suriname).

de mineração ilegal. Essas sessões de treinamento devem enfatizar medidas anticorrupção, capacitando as agências de fiscalização locais com as habilidades e a integridade necessárias para resistir a possíveis subornos e conluíus com agentes ilegais.

Um componente essencial dessa estratégia é a participação ativa das comunidades locais, que devem ser equipadas com as ferramentas, recursos e apoio necessários para defender seus territórios contra a mineração ilegal. A colaboração com os atores locais – especialmente em áreas remotas e vulneráveis – fortalecerá a presença institucional e desencorajará as atividades ilegais. O fortalecimento do apoio institucional não apenas aumentará a segurança, mas também capacitará essas comunidades a assumir um papel ativo na proteção de suas terras, promovendo uma resiliência duradoura contra ameaças externas.

É importante que os governos nacionais melhorem a coordenação interagências dentro de suas fronteiras, especialmente com os governos regionais e locais, que desempenham um papel vital no combate à mineração ilegal.

3. Avançar ações coletivas lideradas pela comunidade para combater a contaminação por mercúrio na bacia amazônica:

A saúde dos rios é fundamental para preservar a integridade ecológica e o bem-estar dos povos da região amazônica. Incentivamos os governos a dedicar recursos e vontade política para garantir a participação real e efetiva dos povos indígenas da Amazônia no enfrentamento da contaminação por mercúrio. É necessário fortalecer a colaboração e trabalhar com as autoridades indígenas para lidar com os impactos dessa substância tóxica. Isso deve incluir o desenvolvimento de plataformas, ferramentas e tecnologias para coletar, trocar e compartilhar informações



sobre a contaminação por mercúrio. As comunidades indígenas precisam de apoio para medir, avaliar e monitorar a dinâmica da contaminação do mercúrio em seus territórios. Essa colaboração também servirá para aumentar rapidamente a conscientização pública sobre os riscos associados a essa substância.

Além disso, encorajamos os governos a direcionarem recursos para apoiar um esforço colaborativo voltado para o enfrentamento do mercúrio, a partir de uma perspectiva da bacia hidrográfica amazônica. Esse esforço deve reconhecer e incluir a conexão crucial entre as comunidades indígenas e os rios da Amazônia, com decisões e ações que sejam moldadas em abordagens culturalmente apropriadas que garantam sua participação ativa e efetiva. A vitalidade dos rios da Amazônia depende das comunidades indígenas e

locais, que possuem um conhecimento profundo sobre os efeitos do mercúrio e da mineração ilegal de ouro. Elas estão bem mais preparadas para propor soluções que assegurem a restauração e recuperação das bacias amazônicas afetadas. Agora, mais do que nunca, devemos fortalecer essas lideranças, permitindo compartilhar suas experiências, sucessos e fracassos no combate à mineração ilegal de ouro em seus territórios. Para isso, elas precisam de ferramentas e tecnologias para documentar os impactos das operações de mineração de ouro, compartilhar e conscientizar outras comunidades ribeirinhas sobre esses achados, fortalecer sua capacidade de agir preventivamente e impedir a expansão dessas atividades, promovendo mudanças que contribuam para a restauração de seus rios.

À medida que os países se reúnem em Cali para a Conferência das Partes sobre Biodiversidade das Nações Unidas (COP16), a mineração ilegal de ouro na Amazônia deve ser abordada. A crescente e alarmante combinação de crimes ambientais associados à mineração ilegal de ouro está comprometendo nossa capacidade de reverter a perda de biodiversidade no bioma amazônico.



© AARIMO



4. Combate ao financiamento ilícito:

Para ter sucesso, os esforços para lidar com a questão do ouro ilegal também precisam abordar os desafios associados ao financiamento ilícito. Os países precisam reconhecer que a mineração ilegal é um crime motivado por interesses financeiros. Globalmente, essa atividade ilegal gera até US\$ 48 bilhões por ano,²⁰ sendo que na América Latina esse valor chega a US\$ 7 bilhões de dólares por ano.²¹ É importante que tenhamos preocupação com a dimensão desses lucros ilícitos e com quem realmente se beneficia deles. Segundo um estudo, a mineração ilegal é uma das principais fontes de renda de grupos armados não estatais, incluindo organizações terroristas e contribui para a perpetuação dos conflitos.²² Os ganhos ilícitos da mineração ilegal de ouro muitas vezes são transferidos, armazenados e/ou lavados em outros países. Pesquisas revelam como as fragilidades no sistema de combate à lavagem de dinheiro

dos Estados Unidos permitiram que os lucros da mineração ilegal na região amazônica entrassem no sistema financeiro americano.²³ Nesse sentido, a primeira recomendação desta lista, que trata da responsabilidade compartilhada entre os países de origem, trânsito e destino, é de vital importância. Os países precisam combater o financiamento ilícito vinculado ao ouro ilegal, exigindo que as empresas revelem a identidade dos reais proprietários. Essa medida é fundamental para enfrentar os desafios impostos por empresas de fachada e intermediárias.²⁴ Também precisam garantir que todos os crimes ambientais sejam classificados como delitos relacionados à lavagem de dinheiro, uma ferramenta importante para os promotores. Por fim, precisam assegurar que as avaliações nacionais de risco para lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo incluam os riscos decorrentes da mineração ilegal de ouro e do tráfico de mercúrio.

²⁰ The Devastating Impact of Illegal Gold Mining in Latin America, Interpol, 28 de abril de 2022.

²¹ The Global Initiative against Transnational Organized Crime, abril de 2016, pág. 73, disponível em Organized Crime and Illegally Mined Gold in Latin America

²² The World Atlas of Illicit Flows, Interpol e Global Initiative, 2018, pág. 44.

²³ Dirty Money and the Destruction of the Amazon: Uncovering the U.S. Role in Illicit Financial Flows from Environmental Crimes in Peru and Colombia, Coalizão de Responsabilidade Financeira e Transparência Corporativa (FACT Coalition), 2023.

²⁴ O termo técnico para isso é beneficiário final.

5. Estabelecer um marco regulatório legal mínimo para a cadeia de suprimento de ouro nos países amazônicos:

Estabelecer um marco mínimo para a cadeia de suprimento de ouro nos países amazônicos é essencial para combater atividades ilegais. Isso permitirá que as autoridades investiguem e processem crimes de forma mais eficaz, eliminando lacunas regulatórias que atualmente permitem a proliferação de práticas insustentáveis e ilegais. Esse marco deve ser baseado na avaliação das diferenças nos mecanismos de regulamentação, controle e fiscalização entre os países, proporcionando aos formuladores de políticas uma base sólida para implementar soluções mais eficazes contra a mineração ilegal de ouro.

6. Fortalecer a auditoria e monitoramento financeiro na cadeia de fornecimento de ouro:

Para aprimorar a auditoria e o monitoramento financeiro na cadeia de suprimento de ouro, é essencial estabelecer padrões reconhecidos que priorizem a proteção ambiental e as práticas de mineração responsáveis, especialmente em áreas de biodiversidade e alto risco, como a bacia amazônica. Essa abordagem deve incluir avaliações rigorosas de riscos ambientais para identificar os potenciais impactos das atividades de mineração, além de iniciativas para melhorar a rastreabilidade do ouro desde a origem até o consumidor final. Os fornecedores devem passar por avaliações sistemáticas para garantir conformidade com padrões ambientais e sociais reconhecidos, promovendo práticas de mineração responsáveis e sustentáveis.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que certas áreas sensíveis, como as zonas protegidas da Amazônia, exigem salvaguardas adicionais para limitar ou prevenir atividades de mineração. Essas regiões são fundamentais não apenas para a biodiversidade, mas também para as populações indígenas, cujas terras e meios de subsistência estão diretamente ameaçados. O fortalecimento das proteções nessas áreas é essencial para salvaguardar tanto o meio ambiente quanto



os direitos humanos das comunidades indígenas. Além disso, promover padrões mais elevados em outras regiões de mineração ajudará a garantir que o desenvolvimento seja cuidadosamente avaliado para evitar danos e respeitar os direitos das populações locais.

A implementação de monitoramento de fluxos financeiros para detectar atividades suspeitas ligadas à mineração ilegal também é essencial. Isso requer uma colaboração estreita entre instituições financeiras e reguladores para enfrentar práticas ilícitas que comprometem a integridade do mercado de ouro. Diretrizes como o Guia de Devida Diligência OCDE e os Princípios Orientadores da ONU são ferramentas essenciais para mitigar riscos, proteger direitos humanos e manter padrões ambientais. Ao seguir esses referenciais, as empresas podem fortalecer a legitimidade e a sustentabilidade de suas operações. Em última análise, essas medidas permitem que os atores do setor privado apoiem a integridade a longo prazo da cadeia de suprimento de ouro, enquanto promovem práticas éticas de mineração e protegem ecossistemas ameaçados.

7. Promover uma transição para um modelo de desenvolvimento sustentável focado no bem-estar social e na preservação produtiva do meio ambiente:

A mineração ilegal se entrelaça com outras atividades ilícitas para criar ecossistemas criminosos que substituem o papel do Estado e controlam as comunidades locais. Para combater efetivamente a mineração

ilegal de ouro, é preciso investir tanto em esforços de fiscalização quanto em alternativas econômicas. É fundamental desenvolver estratégias que tratem das causas estruturais que possibilitam a mineração ilegal, que mitiguem seus impactos ambientais, econômicos e sociais, e que responsabilizem aqueles direta e indiretamente envolvidos. Essa abordagem exige o fortalecimento da coordenação entre os diversos atores do poder judiciário para enfrentar a convergência de crimes, garantindo o intercâmbio de informações entre órgãos reguladores e de fiscalização, além de promover uma mudança cultural nos sistemas judiciais, visando as consequências mais severas para os responsáveis por crimes ambientais.

Iniciativas público-privadas de inclusão social devem focar na assistência técnica e na geração de renda, profissionalizando operações e oferecendo alternativas econômicas viáveis aos crimes ambientais e à mineração de ouro. Compreender a cadeia de rentabilidade do mercado de ouro ilegal é crucial para desenvolver soluções que possam competir com a mineração ilegal e reduzir sua dependência, melhorando a qualidade de vida das comunidades locais. Além disso, é importante promover o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico na bacia amazônica, elevando o padrão da qualidade de vida sem perder de vista a preservação das florestas da região. Adotar uma abordagem de desenvolvimento sustentável com foco no bem-estar social e na conservação produtiva do meio ambiente é essencial.

